

SOL MAIOR GERADORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ / MF nº 23.817.528/0001-53
NIRE 17.300.008.796

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2021

1. **Data, Hora e Local:** Aos 30 dias de junho de 2021, às 09:00 horas, na sede social da **SOL MAIOR GERADORA DE ENERGIA S.A.** (“Companhia”), localizada na Fazenda Samambaia, localizada às margens da Rodovia TO-342, a 5km de Miranorte, no sentido Miracema do Tocantins, zona rural, no Município de Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, CEP 77650-000.
2. **Presença:** Foram cumpridas, no Livro de Presença de Acionistas, as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404/76. Compareceram à Assembleia Geral Ordinária os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia.
3. **Convocação:** Dispensada na forma do artigo 124 § 4º da Lei nº 6.404/76, em razão da presença de todos os acionistas da Companhia.
4. **Composição da Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Rubens Cardoso da Silva** e secretariados pelo Sr. Nilton Bertuchi.
5. **Ordem do Dia:** Em sede de Assembleia Geral Ordinária: **(i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, conforme demonstrações financeiras da **Companhia** anexas à presente ata; e **(ii)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a respectiva distribuição de dividendos.
6. **Deliberações:** As matérias constantes da ordem do dia foram colocadas em discussão e votação, tendo sido tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade e sem ressalvas:
 - 6.1. Aprovação, integral e sem reservas, das contas dos administradores, bem como das demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as quais seguem anexas à presente ata (**Anexo I**).
 - 6.2. Consignação de que não serão distribuídos dividendos pela Companhia em razão da inexistência de lucro apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.
7. **Lavratura da Ata:** Aprovada a lavratura desta ata na forma de sumário, nos termos dos parágrafos primeiro e segundo do artigo 130 § 1º da Lei 6.404/76, autorizando-se sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas.
8. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada pelos membros da Mesa e pelos acionistas presentes à Assembleia.

9. **Assinaturas:** Presidente: **Rubens Cardoso da Silva**; Secretário: **Nilton Bertuchi**; Acionistas MG3 Infraestrutura e Participações Ltda (por Matheus Marques Gillet e Lucas Marques Gillet) e XP Infra II Fundo de Investimento em Participações de Infraestrutura (por Tulio de Azevedo Machado e Maria Alice Pierry Amorosino)

- Certifico que a presente é cópia fiel da Ata de Assembleia Geral Ordinária da Sol Maior Geradora de Energia S.A., realizada em 30 de junho de 2021, às 9hrs, assinada por todos os presentes e lavrada em livro próprio -

Miracema do Tocantins, 30 de junho de 2021.

RUBENS CARDOSO DA SILVA

Presidente

NILTON BERTUCHI

Secretário

Visto da Advogada:

Beatriz Meira Curi
OAB/SP 425.105

Visto da Contadora:

Bruna Ceolin
1SP 124.524-0

Este documento foi assinado digitalmente por Nilton Bertuchi, Bruna Ceolin, Rubens Cardoso Da Silva e Beatriz Meira Curi.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 4CC0-2310-EA27-55DD.

ANEXO I

(Demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes)

Este documento foi assinado digitalmente por Nilton Bertuchi, Bruna Ceolin, Rubens Cardoso Da Silva e Beatriz Meira Curi.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 4CC0-2310-EA27-55DD.

Sol Maior Geradora de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2020 e 2019**

KPDS 794568

Este documento foi assinado digitalmente por Nilton Bertuchi, Bruna Ceolin, Rubens Cardoso Da Silva e Beatriz Meira Curi.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 4CC0-2310-EA27-55DD.

Este documento foi assinado digitalmente por Nilton Bertuchi, Bruna Ceolin, Rubens Cardoso Da Silva e Beatriz Meira Curi.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 4CC0-2310-EA27-55DD.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
 Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
 04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
 Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
 Telefone +55 (11) 3940-1500
 kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre os as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
 Sol Maior Geradora de Energia S.A.
 Miracema do Tocantins - TO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sol Maior Geradora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sol Maior Geradora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e mensuração da receita de geração no ambiente de energia de reserva (Veja a nota explicativa 3 "f" e 13 das demonstrações financeiras)

As demonstrações financeiras apresentam em 31 dezembro de 2020 o montante de R\$3.477 mil referentes a receita de geração de energia no ambiente de reserva. A receita nesse tipo de ambiente é composta por uma parcela fixa, cuja base de cálculo é a energia

Este documento foi assinado digitalmente por Nilton Bertuchi, Bruna Ceolin, Rubens Cardoso Da Silva e Beatriz Meira Curi. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 4CC0-2310-EA27-55DD.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Este documento foi assinado digitalmente por Nilton Bertuchi, Bruna Ceolin, Rubens Cardoso Da Silva e Beatriz Meira Curi.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 4CC0-2310-EA27-55DD.

Sol Maior Geradora de Energia S.A.**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019***(Valores expressos em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.749	1.881	Fornecedores	9	265	278
Contas a receber	6	329	315	Debêntures	10	1.679	688
Indenizações a receber	7	573	-	Obrigações fiscais e Contingências	10	21	19
Adiantamentos a fornecedores e outros		68	0	Outros Passivos	7	7	149
Tributos a compensar		39	32				
Despesas antecipadas		16	-				
		2.774	2.228			1.972	1.134
Não Circulante				Não circulante			
Depósitos vinculados e outros		20	20	Debêntures	9	16.116	16.626
Imobilizado	8	20.270	21.505	Adiantamento para aumento futuro de capital	11	-	874
		20.290	21.525			16.116	17.500
				Patrimônio líquido			
				Capital social	12 a)	5.993	7.578
				Prejuízos Acumulados		(1.017)	(2.459)
						4.976	5.119
Total do ativo		23.064	23.753	Total do passivo		23.064	23.753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sol Maior Geradora de Energia S.A.**Demonstrações do resultado**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

		2020	2019
	Nota		
Receita Operacional Líquida	13	3.477	3.030
Custo de operação	14	(2.328)	(2.232)
Lucro Bruto		<u>1.149</u>	<u>798</u>
Despesas Operacionais			
Despesas Gerais e Administrativas	15	(146)	(240)
Outras Receitas Operacionais		-	(44)
		<u>(146)</u>	<u>(284)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>1.003</u>	<u>514</u>
Resultado financeiro	16		
Receita Financeira	16 a.	38	43
Despesa Financeira	16 b.	(2.058)	(1.689)
Despesas financeiras líquidas		<u>(2.020)</u>	<u>(1.646)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(1.017)</u>	<u>(1.132)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido		-	-
Prejuízo líquido do exercício		<u>(1.017)</u>	<u>(1.132)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sol Maior Geradora de Energia S.A.**Demonstrações do resultado abrangente**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	Nota	2020	2019
Prejuízo do exercício		(1.017)	(1.132)
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do exercício		(1.017)	(1.132)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sol Maior Geradora de Energia S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019****(Valores expressos em milhares de Reais)**

	Capital subscrito	Capital a Integralizar	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Não auditado)	9.871	(2.293)	(1.327)	6.251
Prejuízo do exercício	-	-	(1.132)	(1.132)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9.871	(2.293)	(2.459)	5.119
Aumento de capital - AGE 10.07.2020	12 874	-	-	874
Absorção dos prejuízos - AGE 10.07.2020	12 (2.459)	-	2.459	-
Redução de capital - AGE 10.07.2020 - registrada em 13.10.2020	12 (2.293)	2.293	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(1.017)	(1.017)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.993	-	(1.017)	4.976

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sol Maior Geradora de Energia S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(1.017)	(1.132)
Ajustes por:		
Juros sobre debêntures	2.052	1.676
Depreciação	1.235	1.132
Indenizações á receber	(573)	-
	<u>1.697</u>	<u>1.676</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(14)	(315)
Adiantamentos a fornecedores e outros	(68)	-
Tributos a compensar e outros	(7)	(32)
Cauções e depósitos vinculados	-	1.059
Despesas antecipadas	(16)	-
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(13)	70
Obrigações fiscais	2	(123)
Outros Passivos	(142)	(340)
Caixa proveniente das atividades operacionais	<u>1.439</u>	<u>1.995</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições e baixas do ativo imobilizado	-	(357)
Fluxo de caixa proveniente (aplicado) nas atividades de investimento	<u>-</u>	<u>(357)</u>
Fluxo de caixa de atividade de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(922)
Captação de debêntures	-	20.000
Pagamento de Principal - Debêntures	(272)	(17.000)
Pagamento de juros - Debêntures	(1.299)	(1.840)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento	<u>(1.571)</u>	<u>238</u>
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(132)</u>	<u>1.876</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	1.881	5
Caixa e equivalentes no fim do exercício	1.749	1881
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(132)</u>	<u>1.876</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente por Nilton Bertuchi, Bruna Ceolin, Rubens Cardoso Da Silva e Beatriz Meira Curi. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 4CC0-2310-EA27-55DD.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Sol Maior Geradora de Energia S.A (“Companhia”), é uma sociedade por ações de capital fechado, tendo como acionista controlador o XP Infra II Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura. A companhia está domiciliada no Brasil no endereço: às margens da Rodovia TO-342, a 5 Km de Miranorte, no sentido de Miracema do Norte, na Cidade de Miracema do Tocantins-TO.

Companhia tem por objetivo específico o desenvolvimento, implantação, construção, operação, manutenção e exploração comercial da UFV SOL MAIOR 2 para a geração de Energia Elétrica Renovável por fonte Fotovoltaica (solar) – CNAR: 3511-5/01, em todo o território nacional, na forma de produtor independente de energia elétrica.

A Companhia sagrou-se vencedora do 1º Leilão de Energia de Reserva LER de 2015, Leilão nº 08/2015, realizado em 28 de agosto de 2015, que teve por objeto a contratação de energia de reserva proveniente de novos empreendimentos de geração a partir de fonte solar fotovoltaica.

Em 6 de fevereiro de 2019 foi publicado no Diário Oficial da União, o despacho sob o nº 312, processo: 48500.000475/2017-48, liberando o início da operação comercial da usina: UFV Sol Maior 2, unidades geradoras: UG1 a UG40, de 125 KW¹ cada, totalizando 5.000 KW de capacidade instalada, no município de Miracema do Tocantins, TO. O período contratual é de 20 (vinte) anos, correspondendo ao período de 1º de agosto de 2017 até o dia 31 de julho de 2037. O Contrato não prevê a possibilidade de renovação. No leilão, a Companhia foi vencedora pelo lance de R\$ 297/MWh. O preço será atualizado anualmente, com base no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do Imobilizado líquido da Companhia corresponde ao valor de R\$ 20.270, conforme nota explicativa 8. A depreciação está sendo realizada de acordo com a menor taxa entre a vida útil do bem e o prazo de autorização do *Power Purchase Agreement – PPA* de 18 anos e seis meses, tendo como o mês de início da operação em fevereiro de 2019. Essa metodologia é adotada pois não tem expectativa de que os bens sejam utilizados pós PPA.

Desempenho operacional e gestão

Em fevereiro de 2019, teve início as atividades operacionais da Companhia com o início da operação comercial da UFV. Apesar da curva inicial de estabilização da planta, comum para ativos dessa característica, a UFV gerou 9.584 MWh ao longo de 2020 (10.418 MWh em 2019), superando em 2,4% a garantia física contratada no leilão de 9.359 MWh.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 24 de março de 2021. Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

econhecimento de receita – Nota Explicativa nº13: mensuração da parcela variável da receita com base no volume de energia gerado e a aplicabilidade de fatores de tolerância de acordo com o previsto no *Power Purchase Agreement – PPA*.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis e práticas contábeis descritas abaixo tem sido aplicada consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. a

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras que incluem outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. O saldo está demonstrado pelo custo acrescido de juros auferidos até da data do balanço.

b. Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer

perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, mão de obra e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado em outros resultados operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção, são reconhecidos no resultado.

- **Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na menor taxa entre a vida útil estimada dos bens e o prazo do e o prazo de autorização do *Power Purchase Agreement – PPA*, de forma limita-se ao prazo de autorização. A depreciação é reconhecida no resultado como custo de operação.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

c. Redução ao valor recuperável

A Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Em 2020, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Companhia.

d. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias e registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto na lei 6.404/76, do lucro líquido do exercício 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, a constituição do fundo de reserva legal, até que o mesmo atinja 20% (vinte por cento) e o saldo remanescente será distribuído dividendo não inferior de 25% (vinte por cento) do lucro anual mediante a deliberação em Assembleia Geral.

e. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

f. Reconhecimento de receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita nesse tipo de ambiente é composta por uma parcela fixa, cuja base de cálculo é a energia vendida (R\$/MWh), e uma parcela variável (desvios de geração efetiva com relação à energia contratada - fixa) sendo que tal mecanismo, possibilita o carregamento para os anos seguintes de déficits e compensações de energia que são reconhecidos de acordo com os critérios previstos pelo *Power Purchase Agreement – PPA*.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

Reconhecimento de receita nota explicativa nº 14: a receita de geração de energia é reconhecida no período da transferência da energia para a rede. O valor mensal apurado da receita é reconhecido conforme relatório emitido pelo Sistema de Contabilização e Liquidação da CCEE.

g. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do

resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

h. Imposto de renda e contribuição social

(i) Correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240(valor anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesa de Imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto e contribuição social corrente é o valor a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas vigentes na data das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Os tributos correntes a pagar ou referente aos créditos são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado a serem pagos ou recuperados que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e;
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial, que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração da

Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio de venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo e;
- os termos que limitam o acesso a Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo)

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do

contrato) acumulados, mas não pagos, são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou;
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou;
- a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.1 COVID-19 (pandemia do novo Coronavírus)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020 pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. As incertezas geradas pela disseminação da COVID-19 provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais.

Impacto nas Demonstrações Financeiras

Neste cenário foram sentidos também efeitos econômicos de menor proporção que impactaram e poderão impactar a Companhia nos próximos períodos. De toda forma, até essa a data de emissão das demonstrações financeiras, não ocorreram impactos relevantes na Companhia relacionados a pandemia de COVID-19.

4 Novas normas contábeis

4.1 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

a. *Contratos Onerosos*

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras:

(i) Contratos Onerosos -custos para cumprir um contrato (Alterações ao CPC 25)

As alterações especificam mais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme

apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A companhia determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2020 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

(ii) Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 38, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de Hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPCs supra referendados relacionados a:

Mudança na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento e, contabilização de Hedge. A companhia planeja aplicar as alterações a partir de 1º de janeiro de 2021. A aplicação não terá impacto nos montantes reportados para 2020 ou períodos anteriores.

4.2 Outras Normas

A administração da Companhia não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. São elas:

- (i) Concessões de aluguel relacionadas à COVID 19 (Alteração ao CPC 06)
- (ii) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27)
- (iii) Referência à Estrutura conceitual (alterações ao CPC 15)
- (iv) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26) e,
- (v) IFRS 17 – Contratos de Seguros

5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras foram alocadas no fundo CDB DI Progressivo, que busca rentabilidade de 97% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI através da alocação de recursos em cotas de fundos de investimento com carteira diversificada de ativos financeiros de taxas de juros pós- fixadas e com baixo risco de crédito. As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 2,80% a.a. ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (5,79% - 2019).

	31/12/2020	31/12/2019
Bancos conta movimento	336	304
Aplicações automáticas	524	226
CDB DI Progressivo	889	1.351
	1.749	1.881

6 Contas a receber

	31/12/2020	31/12/2019
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") (i)	329	34
Outras -----	-----	1
	329	315

- (i) Os valores de contas a receber se referem substancialmente à geração de energia elétrica realizada no ambiente de energia de reserva.

7 Indenizações a receber

	Seguradora	Nº apólice	31/12/2020
1º sinistro (i)	Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	046692018100101180000868	538
2º sinistro (ii)	Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	046692020100101180001280	35
			573

Em 21 de abril de 2020 foi aberto o sinistro junto a seguradora Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A, sob o número 2012310458, pois houve um curto-circuito na cabine primária MT de 34,5 kV, sendo constatado que a causa se deu pela descarga atmosférica que danificou os cabos XLPE subterrâneos, os seus desconectáveis junto ao barramento do disjuntor e perfuração do invólucro blindado do disjuntor de saída da planta, bem como sistema de CFTV. O montante de prejuízo incorrido relacionado ao ativo imobilizado foi mensurado em R\$ 573 mil, o qual foi comprado e substituído pela própria Companhia.

Como consequência, a apólice nº 046692018100101180000868 foi acionada junto a seguradora, que confirmou a cobertura total dos danos, bem como a liquidação do sinistro está prevista para acontecer em 30 de abril de 2021.

8 Imobilizado

Imobilizado	Taxas anuais %				
Bens em operação	depreciação	31/12/2019	Depreciação	31/12/2020	
Planta Fotovoltaica - instalações e benfeitorias	5	21.505	(1.235)	20.270	
Total Bens em operação	-	21.505	(1.235)	20.270	

9 Debêntures

Em abril de 2019, a Companhia concluiu o processo da 3ª emissão de Debêntures, emitida com base na instrução CVM nº 476/09, com a emissão 17.000 (dezessete mil) debêntures não conversíveis em ações, totalizando uma captação de R\$ 17.000, atualizados pelo IPCA + 8,0% a.a., com vencimento em 30 de abril de 2035. Os recursos foram utilizados na sua totalidade na liquidação da 2ª emissão de debêntures. Os encargos financeiros são amortizados trimestralmente.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de outubro de 2020, foi prorrogado o

**Sol Maior Geradora
de Energia S.A.**
*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019*

pagamento de amortização e juros programados para 31 de outubro de 2020, para pagamento em 31 de janeiro de 2021.

Número da Emissão	Quantidade	Valor nominal	Valor da Emissão	Encargos financeiros	Data Emissão	Data vencimento	31/12/2020	31/12/2019
3ª emissão 1ª série	17.000	1	17.000	IPCA + 8%	19/04/2019	30/04/2035	17.795	17.314
Circulante							1.679	688
Não Circulante							16.116	16.626
							31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial							17.314	14.325
2ª emissão das debêntures							-	3.000
3ª emissão das debêntures							-	17.000
Liquidação da 1ª e 2ª debênture							-	(17.000)
Apropriação de juros sobre debêntures - Resultado							2.052	1.677
Apropriação de juros sobre debêntures - Capitalizado							-	152
Pagamento/Amortização de juros							<u>(1.571)</u>	<u>(1.840)</u>
Saldo final							17.795	17.314

Fluxos de caixa contratuais

31/12/2020	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Debêntures	17.795	1.679	680	3.272	12.164

O instrumento Particular de escritura da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, conforme item 9 “Garantias”, estabelece que:

- (i) Alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia pertencentes a MG3, correspondente a 321.801 ações;
- (ii) Cessão fiduciária de 100% (cem por cento) dos direitos de créditos, principais e acessórios, detidos pela Emissora contra a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica -CCEE;
- (iii) Alienação fiduciária de todos os bens, equipamentos, máquinas e ativos fixos de que a Emissora é proprietária, e que venha a ser titular, a qualquer tempo futuro.

Cláusulas de vencimento antecipado

No instrumento Particular de escritura da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, conforme item 11 “Vencimento Antecipado”, o Debenturista poderá declarar antecipadamente vencidas as Obrigações Garantidas e exigir o pagamento em moeda corrente nacional dos valores previstos na cláusula 11.3, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial: Citamos resumidamente: Abaixo estão somente parte dos eventos referendados no item 11.1.

- (i) Inadimplemento pela Emissora e/ou pela Lyon de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, ou em qualquer Contrato de Garantia Real;

- (ii) Inadimplemento pela Emissora e/ou pela Lyon de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão ou em quaisquer dos Contratos de Garantia Real que não seja sanado dentro de 10 dias úteis;
- (iii) Em caso de descumprimento, violação de compromisso ou obrigação envolvendo os termos de quaisquer contratos vinculativos firmados pela Emissora;
- (iv) Decretação de falência da Emissora;
- (v) A Emissora admitir sua incapacidade ou impossibilidade de honrar suas dívidas no vencimento;
- (vi) Inobservância, pela Emissora, da Legislação Socioambiental;
- (vii) Em caso de descumprimento, pela Emissora, do Emissora do índice de Cobertura do Serviço de dívida (“ICSD”) mínimo de 1,20 um inteiro e dois décimos, em bases consolidadas, a ser apurado anualmente.
- (viii) A Companhia acompanha o cumprimento do índice de cobertura da dívida (ICSD) do contrato de emissão das debêntures, conforme determina a cláusula 11.1, item XXXVIII, do referido contrato.

10 Obrigações fiscais e contingências

	31/12/2020	31/12/2019
Impostos Retidos	11	7
Impostos sobre receita - Pis e Cofins	10	12
	21	19

A Companhia não possui na data base de 31 de dezembro de 2020 montantes referentes a contingências fiscais, cíveis ou trabalhistas classificados como probabilidade de perda possível ou provável.

11 Adiantamento para futuro aumento de capital

	31/12/2020	31/12/2019
XP Infra II Fundo de Investimento	-	858
MG3 Infraestrutura -----	-	16
	-	874

Os valores foram integralizados em julho de 2020, conforme nota explicativa 12 (a).

12 Patrimônio Líquido

a. Capital social

Conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária de 10 de julho de 2020, o capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado até 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 5.993 (R\$ 9.871 em 2019), representado por 5.992.567 (9.871.500 em 2019) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

**Sol Maior Geradora
de Energia S.A.**
*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019*

Acionistas	2020		Aumento de capital	Compensação prejuízos	Redução de capital	Transferência	Aquisição não onerosa	2019	
	Número de Ações	%	%					Número de Ações	%
MG3 Infraestrutura XP Infra II - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	321.801	5,37%	15.905	(483.357)	(450.628)	450.628	(855.805)	1.645.058	16,66%
	<u>5.670.766</u>	<u>94,63%</u>	<u>858.000</u>	<u>(1.976.339)</u>	<u>(1.842.514)</u>	<u>(450.628)</u>	<u>855.805</u>	<u>8.226.442</u>	<u>83,34%</u>
Total	<u>5.992.567</u>	<u>100%</u>	<u>873.905</u>	<u>(2.459.696)</u>	<u>(2.293.142)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.871.500</u>	<u>100%</u>

Em abril de 2019, a controladora MG3 Infraestrutura transferiu o total 8.226.442 ações da Companhia para o XP Infra II Fundo de Investimentos em Participações em Infraestrutura, no valor de R\$ 7.142.

Conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária de 07 de julho de 2020, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 874, com a emissão de 873.905 novas ações, mediante a capitalização dos créditos detidos pelos acionistas na Companhia.

Conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária de 10 de julho de 2020, os prejuízos acumulados da companhia, no montante de R\$ 2.459, foram integralmente absorvidos, com o cancelamento de 2.459.696 ações ordinárias, de forma proporcional as respectivas participações no capital de cada acionista da Companhia. Nesta mesma ata, foi aprovado a redução de capital da Companhia em R\$ 2.293 por julgá-lo excessivo, com o cancelamento de 2.293.142 ações ordinárias de forma proporcional às respectivas participações no capital social de cada acionista da Companhia.

Em 08 de setembro de 2020, conforme registro no livro de ações da Companhia, a acionista MG3 Infraestrutura e Participação Ltda transferiu 855.805 ações ordinárias ao acionista XP Infra II Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, em decorrência do Acordo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro nos termos do artigo 10.1.2 do Acordo de acionistas, bem como em decorrência de parte da indenização referente ao descasamento do valor da TUSDg (“Transferência”).

Conforme descrito no livro de ações, página 4v, foi feita a retificação da cessão não onerosa prevista no Instrumento particular de contrato de compra e venda de ações e outras avenças celebrado entre a partes em 17.04.2019. Em 01 de julho de 2020, foram transferidas 450.628 ações ordinárias ao acionista XP Infra II Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.

13 Receita de vendas

	31/12/2020	31/12/2019
Receita de venda - Empreendimento (RVET) (i)	3.832	3.331
Outras receitas	-	8
(-) Impostos	<u>(355)</u>	<u>(309)</u>
	<u>3.477</u>	<u>3.030</u>

- (i) Os valores de receita se referem substancialmente a geração de energia elétrica realizada no ambiente de energia de reserva.

**Sol Maior Geradora
de Energia S.A.**
*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019*

14 Custo de operação

	31/12/2020	31/12/2019
Depreciação	(1.235)	(1.132)
TUSD	(580)	(504)
Engenharia e Consultoria	(603)	(499)
Despesa de Locação (i)	(69)	(60)
Geração Inf. Energia e outros	<u>159</u>	<u>(37)</u>
	<u>(2.328)</u>	<u>(2.232)</u>

A partir do início da operação em fevereiro de 2019 a companhia passou a pagar a contraprestação mensal equivalente 1,8% (um vírgula oito por cento) do lucro bruto mensal efetivamente recebido pela companhia, prevista em contrato referente a locação do local onde está instalada a planta fotovoltaica.

15 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2020	31/12/2019
Custos com a escrituração e registros da Debêntures	(34)	(110)
Assessoria administrativa e jurídica	(49)	(78)
Outros	<u>(63)</u>	<u>(52)</u>
	<u>(146)</u>	<u>(240)</u>

16 Resultado financeiro líquido

Receita Financeira (a)	31/12/2020	31/12/2019
Juros sobre aplicação financeira e impostos incidentes	<u>37</u>	<u>43</u>
	<u>37</u>	<u>43</u>
Despesa Financeira (b)	31/12/2020	31/12/2019
Juros sobre debêntures (nota explicativa nº 9)	(2.052)	(1.676)
Outros	<u>(6)</u>	<u>(13)</u>
	<u>(2.058)</u>	<u>(1.689)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(2.021)</u>	<u>(1.646)</u>

17 Instrumentos financeiros**Gerenciamento dos riscos financeiros**

A Companhia mantém operações com certos instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A exposição na qual a Companhia está exposta para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de taxa de juros
- Risco operacional
- Risco de capital

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos mencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura de gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais são endereçados pelo modelo de gestão da controladora.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia.

(i) Risco de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito está apresentado a seguir:

31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras	<u>1.413</u>	<u>1.577</u>

A Companhia centraliza suas operações com as instituições financeiras de primeira linha, com baixo risco e em papéis de alta liquidez.

(ii) Risco de liquidez

É o risco em que a controladora poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A política da companhia, tem por objetivo garantir a liquidez dos investimentos aplicados em bancos de primeira linha e, para cumprir com suas obrigações vincendas, visando mitigar o

risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros:

	Nota	Valor contábil	3 meses ou menos	3_12 meses	5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores		265	265	-	-
Debêntures	9	17.795	-	1.679	16.116
Saldo 31 de dezembro de 2020		18.060	265	1.679	16.116

(iii) Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Instrumentos de taxa variável			
Ativos financeiros	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras	5	1.413	1.577
Contas a receber	6	329	314
		1.742	1.891
Passivos financeiros	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Debêntures	9	17.795	17.314
		17.795	17.314

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

As debêntures privadas emitidas pela companhia se tratam de um título pós-fixado, cuja rentabilidade é composta por uma taxa anual pactuada no momento da emissão mais a variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), o índice de inflação oficial do governo brasileiro, calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). As debêntures possuem fluxos semestrais periódicos de pagamento de juros ao investidor. Uma alteração na taxa Selic, taxa básica de juros definida pelo Banco Central do Brasil, não teria impacto no patrimônio e no resultado do exercício na data das demonstrações financeiras. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto à moeda estrangeira, são mantidas constantes. A análise é conduzida com a mesma base para 2020.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente e os

cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

A análise de sensibilidade de variações nos rendimentos de aplicações financeiras e encargos sobre dívida dos empréstimos e debêntures

	Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em			Provável	Possível (+25%)	Remoto (+50%)
			31/12/2020	Remoto (-50%)	Possível (-25%)			
Aplicação financeira	CDI	2,80%	1.413	1.393	1.403	1.413	1.423	1.433
	-	-	-	1,40%	2,10%	2,80%	3,50%	4,20%
Debentures	IPCA+8%	IPCA+8%	17.795	17.795	17.795	17.795	17.795	17.795

(iv) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias.

A Companhia tem como objetivo a manutenção e constante atualização de seus processos, minimizando, assim, os riscos operacionais e consequentemente reduzindo os eventuais impactos no fluxo financeiro, e danos à sua reputação buscando eficácia de custos para evitar qualquer restrição operacional.

(v) Risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de assegurar suas atividades normais, além de manter uma estrutura de capital adequada para oferecer retornos aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Mensurações de valor justo

Os ativos e passivos financeiros da Companhia podem sofrer variação de seu valor contábil. A tabela abaixo é uma comparação por classe do valor contábil e seu valor justo (“Fair Value”):

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos ativos e passivos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos evidênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

*Sol Maior Geradora
de Energia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019*

- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).
- Apuração do valor justo:
- **Nível 1** - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgata naquela data, representando o melhor valor justo.

O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar.

		31/12/2020		31/12/2019		
	Nota	Nível 2	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Bancos e aplicações financeiras	5	Nível 2	1.749	1.749	1.881	1.881
Custo amortizado						
Contas a receber	6	Nível 2	329	329	315	315
Passivos Financeiros Custo amortizado						
Fornecedores		Nível 2	265	265	278	278
Debêntures	9	Nível 2	17.795	18.090	17.314	17.620

Eventos Subsequentes

Conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária de 29 de janeiro de 2021, foi determinado que o pagamento de amortização e juros programados para (i) 31 de outubro de 2020, que haviam sido prorrogados para a data de 31 de janeiro de 2021, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de outubro de 2020, e (ii) 31 de janeiro de 2021, sejam prorrogados para a data de pagamento programada para o dia 30 de abril de 2021, em razão de ocorrência de sinistro ocorrido na planta solar de propriedade da Companhia, com o objetivo de reforçar o seu caixa e assim fazer frente as medidas necessárias de modo a mitigar os efeitos trazidos pelo sinistro e de forma célere tomar as providências para que a planta solar volte a operar com 100% (cem por cento) da sua capacidade.

Visto do Diretor:

Rubens Cardoso da Silva
CPF: 169.174.328-30

Visto da Contadora:

Bruna Ceolin
ISP 124.524-0

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4CC0-2310-EA27-55DD> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4CC0-2310-EA27-55DD



Hash do Documento

21E5485F696A1A402E07DC9BDBCFE5487366B7F05785844E5447CCAB887AA068

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 08/10/2021 é(são) :

- Nilton Bertuchi (Signatário) - 195.514.838-47 em 08/10/2021
15:04 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- bruna ceolin (Signatário) - 008.748.628-84 em 08/10/2021 14:37
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Rubens Cardoso da Silva (Signatário) - 169.174.328-30 em
07/10/2021 17:21 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Beatriz Meira Curi (Signatário) - 345.477.648-16 em 07/10/2021
17:20 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital





ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa SOL MAIOR GERADORA DE ENERGIA S.A. consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00874862884	
16917432830	